

O tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular

Samara Morato Ramos¹
Noadia Íris da Silva²

RESUMO

O ensino de língua materna esteve por muito tempo centrado no mito de que no Brasil só se fala uma única língua, com isso, a escola acabava desconsiderando as variedades linguísticas que fazem parte da realidade social. Contudo, desde a publicação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1997), as orientações oficiais recomendam o reconhecimento e respeito às variedades não padrão existentes no país, princípio que é confirmado no texto da Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017). Neste trabalho, realizaremos uma análise documental da BNCC, tendo como objetivo central analisar o tratamento dispensado ao fenômeno da variação linguística em todos os eixos de ensino do componente língua Portuguesa no ensino fundamental II (6º ao 9º ano). Para tanto, nos fundamentamos em aportes da Sociolinguística Variacionista, através de autores como, Bagno (2004, 2006 e 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Coelho *et al* (2020), Faraco (2004, 2008) e Lucchesi (2004). Nossos resultados apontam para o fato de que há referências à variação tanto entre as competências do componente Língua Portuguesa quanto em habilidades de todos os eixos, entretanto, é apenas na Análise Linguística/Semiótica que a variação linguística figura como um conteúdo a ser abordado de maneira pouco aprofundada.

Palavras-chave: Variação linguística; Base Nacional Comum curricular; Análise Linguística/Semiótica.

Introdução

A variação linguística é um fenômeno que acontece na língua quando duas formas podem acontecer em um mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, ou seja, com o mesmo significado. A variação é uma característica inerente às línguas, não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico e nem o entendimento entre os falantes, pois mesmo que as pessoas à nossa volta falem de diferentes maneiras, todos conseguem se entender, pois a variação linguística não é aleatória, não acontece por acaso. Existem regras que a regem, é e

¹Graduada em Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Português - Inglês e suas respectivas literaturas pela Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE/UAST).

²Doutora em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Pernambuco com período de estudos na Universidade do Minho, Portugal (2016). Professora do curso de Letras Português/Inglês da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Unidade Acadêmica de Serra Talhada -UFRPE/UAST. Membro do Núcleo de Pesquisa em Discurso e Ensino da Universidade Federal do Agreste Pernambucano -NUPED/UFPE e do Grupo Internacional em Políticas, Práticas e Gestão da Educação da Universidade de Pernambuco -GIPPGE/UPE. Coordena a Comissão de Linguística na Educação Básica da Associação Brasileira de Linguística – Abralín. E-mail: noadia.ufrpe@gmail.com.

por isso que mesmo falando de uma maneira variável, os falantes podem se compreender mutuamente.

As diferenças na fala podem ocorrer devido a alterações que a língua possa ter sofrido ao longo do tempo, afinal “A língua é uma atividade social, um trabalho coletivo empreendido por todos os seus falantes cada vez que eles se põem a interagir por meio da fala ou da escrita” (BAGNO, 2007, p.36). Por isso, a língua apresenta diferenças de uso em relação ao lugar ou à situação em que seus usuários se encontram. Dessa forma, a língua é intrinsecamente heterogênea, múltipla, variável, instável, que está sempre nesse processo de construção e desconstrução, e por esse motivo a língua não é um produto pronto e acabado, ela é um processo, um fazer-se permanente e nunca concluído.

Entretanto, apesar do dinamismo inerente às línguas naturais, percebemos que o ensino-aprendizagem de língua materna em nosso país, esteve, por muito tempo, associado a um ensino prescritivo, voltado apenas para a transmissão de gramática normativa. Tal ensino acabava excluindo todas as experiências sociocomunicativas dos alunos, por sua vez, desconsiderando as variedades linguísticas que fazem parte da realidade social.

Como forma de contrapor essa perspectiva descontextualizada de conteúdos linguísticos, no Brasil, em 1997, o Ministério da Educação (MEC), lançou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), formulados com base nas contribuições dos estudos linguísticos, como as da linguística textual, sociolinguística, análises do discurso, entre outras correntes vinculadas à tendência “funcionalista” (MARCUSCHI, 2008, p.37). O intuito do documento era estabelecer diretrizes para a educação do Brasil, considerando o contexto plural dos nossos alunos.

Tal documento apontava para mudanças nas concepções e inovação do ensino de português, a escola passava a ser a principal responsável por proporcionar ao aluno o contato com a pluralidade discursiva, promovendo reflexões sobre a dinamicidade da língua e seu uso, com a finalidade de expandir a competência comunicativa do discente. Esse contato possibilitaria ao aluno uma mudança em nossa tradicional forma de pensar a variação como algo pejorativo, errado, feio, desvio da norma padrão, vista como algo negativo. Uma reeducação que retira o foco das noções de “certo” x “errado”, mostrando que a língua é viva, heterogênea, e pode sofrer alterações.

Posteriormente, em 2017, o MEC apresentou a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), concebida como referência para elaboração dos currículos nacionais, conforme definido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 13.415/2017). A Base é um documento normativo que serve como referência obrigatória na construção dos currículos escolares, devendo guiar as propostas pedagógicas e docentes, determinando o que será ensinado em cada área do conhecimento e em cada etapa de escolarização das escolas privadas, públicas municipais, estaduais e distritais de todo o país.

Dada a importância da BNCC como referencial curricular nacional, neste estudo realizaremos análise documental de natureza qualitativa e base interpretativista, usando como *corpus* de pesquisa a versão homologada da BNCC (BRASIL, 2017), tendo como objetivo central analisar o tratamento dispensado ao fenômeno da variação linguística em todos os eixos de ensino do componente Língua portuguesa no ensino fundamental II (6º ao 9º anos). Para tanto, o trabalho se fundamenta em aportes da Sociolinguística Variacionista, através de autores como, Bagno (2004, 2006 e 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Coelho *et al* (2020), Faraco (2004, 2008) e Lucchesi (2004).

Nossos resultados apontam para existência de referências à variação tanto nas competências do componente Língua Portuguesa quanto em habilidades de todos os seus eixos de ensino, a saber: Leitura/Escuta, Produção (escrita e multissemiótica), Oralidade e Análise Linguística/Semiótica. Apesar disso, é apenas nesse último eixo que a variação figura como um conteúdo a ser abordado em todo ensino Fundamental II, mas de forma pouco aprofundada.

O relato desta pesquisa está organizado em três seções. Na primeira, discutimos os fundamentos teóricos advindos da Sociolinguística Variacionista que nos auxiliam a abordar o fenômeno da variação de forma endógena e exógena à língua e a distinguir a norma padrão das normas cultas e das normas não-padrão faladas no Brasil. Na sequência, apresentamos os aspectos metodológicos da investigação, instrumentos e procedimentos de análises. No terceiro tópico, realizamos a análise documental de passagens da BNCC relativas às competências gerais e às habilidades do componente língua portuguesa; finalmente, fazemos considerações pontuais a cerca dos resultados da análise.

1. Avariação linguística vista por critérios internos e externos à língua

Para termos contato com estudos da Sociolinguística Variacionista é necessário “abrir a cabeça” e nos desfazermos de algumas noções que temos pré-concebidas de língua como estrutura pronta, acabada. É preciso aceitar a língua usada no dia a dia como um objeto de estudo, compreendendo que a realidade dos falantes influencia diretamente a maneira deles falarem e avaliarem a língua usada por eles e pelos outros. Pois, “cada grupo social apresenta características no seu falar condicionadas por sua origem, sua idade, sua escolaridade, entre outros fatores.”(COELHO *et al.*, 2015, p.13)

Como vemos, apesar das pessoas se comunicarem de formas diferentes, os falantes conseguem se relacionar sem maiores problemas, como elenca Coelho *et al.* (2015), pois, a língua é sistema organizado

As conclusões que podemos tirar dessa aparente "pegadinha" são que, primeiramente, a língua é um **sistema organizado** — tão organizado que seus falantes se comunicam perfeitamente entre si, não importando um mora no interior de São Paulo e o outro na capital do Rio Grande do Sul, se um tem 6 anos de idade e o outro 60, se um tem curso superior e o outro ensino fundamental. Em segundo lugar, podemos concluir que a **língua varia**, e essa variação decorre de fatores que estão presentes na sociedade e — além de fatores que podem ser encontrados dentro da própria língua (...). (COELHO *et al.*, 2015, p.13).

Dentro e fora da língua existem forças que influenciam tanto um grupo de pessoas ou um único indivíduo a falarem de certa maneira, são os chamados *condicionadores*, são eles que condicionam nossa escolha entre uma ou outra variante. Permitindo avaliar em que tipo de ambiente, tanto linguístico quanto extralinguístico, uma variante terá maior possibilidade de ser escolhida em relação a outra, delimitando quais os contextos a variação em estudo são prováveis de ocorrer, sendo:

Eles são divididos em dois grandes grupos, em função de serem mais ligados a aspectos *internos* da língua ou *externos* a ela. No primeiro caso, são também chamados de condicionadores *linguísticos*. Como exemplos, temos a ordem dos constituintes em uma sentença, a classe das palavras envolvidas no fenômeno em variação, aspectos semânticos, etc. No segundo caso, são também chamados de condicionadores *extralinguísticos*. Entre os condicionadores extralinguísticos de natureza social, os mais comuns são o sexo/gênero, o grau de escolaridade e a faixa etária do informante. (COELHO *et al.*, 2015, p. 20, destaques dos autores).

A variação linguística vista de dentro da língua, pode ocorrer em diferentes níveis linguísticos. Acontece **variação lexical ou semântico-lexical**, em situações em que o mesmo conceito/ideia é expresso por palavras diferentes, como, por exemplo, menino ou guri, tangerina ou bergamota, que, conforme a região ou situação de formalidade ou informalidade, pode apresentar variação.

Já a **variação fonológica** é um dos níveis em destaque e um dos tipos mais estudado nas pesquisas sociolinguísticas, pelo fato de serem mais evidentes de descrever. Essa variação acontece com a troca de algumas vogais (e por i, o por u), consoantes por vogais (l por u), troca do fonema l por r, etc. No quadro, apresentamos alguns desses fenômenos:

QUADRO 1: Exemplos de variação linguística fonológica

FENÔMENO	CONCEITO	EXEMPLO
Despalatalização	Consiste na perda de palatalização.	(<lh> passa para <l>: <i>palha</i> > <i>palia</i>).
Síncope	Supressão de um segmento sonoro no interior da palavra.	Relampo (por 'relâmpago').
Monotogação	Transformação ou redução de um ditongo em uma vogal.	Poco (por 'pouco').
Alçamento das vogais médias pré-tônicas	Elevação das vogais pré-tônicas por influência de uma vogal em sílaba subsequente.	Minino (por 'menino').
Epêntese vocálica	Emissão de uma vogal entre consoantes.	Obiter (por 'obter').
Rotacismo	Troca da consoante [l] pela consoante [r].	Pranta (por 'planta').

FONTE: Elaboração própria

Outro nível linguístico em que podemos observar a variação é o morfológico. Nele temos, talvez, a categoria de variação mais difícil de ser percebida pelos falantes da língua, a *variação morfológica* que decorre da alteração de um fonema na palavra, alterando sua grafia ou forma. Como por exemplo, as palavras "andar" e "anda "com apagamento do" r "final no infinitivo do verbo.

Já sabemos que quando a variação está apenas no âmbito do fonema, temos a variação fonológica, porém quando ela passa também para o âmbito do morfema, temos um caso de uma **variação morfofonológica**, pois os morfemas que caem são também fonemas, acontecendo, portanto, um caso de *interface*, pois está ocorrendo um caso de variação que abarca dois ou mais níveis gramaticais (COELHO *et al.*, 2015).

Outra situação de interface acontece quando dizemos que a concordância com a segunda pessoa do singular em *tu anda* e a concordância com a terceira pessoa do plural em *eles anda* é dada na relação que se estabelece entre pronome e verbo – é o pronome que carrega o significado de pessoa do verbo. Nesse caso saímos do campo da morfologia e vamos para o campo da sintaxe, ou melhor dizendo, da morfossintaxe. Temos aqui um caso de **variação morfossintática**.

Agora vamos passar a observar a variação no nível da sintaxe. De acordo com Coelho *et al.* (2015, p.29), o estudo sobre a variação nas orações relativas, foi um dos primeiros trabalhos de Sociolinguística no âmbito da **variação sintática** realizado no Brasil por Fernando Tarallo em 1980. Tarallo mostrou três construções relativas: "O filme a que me referi é muito bom"/"O filme que me referi é muito bom"/"O filme que me referi a ele é muito bom", essas construções estão em variação no português no Brasil, e são condicionadas principalmente por fatores extralinguísticos.

Até o dado momento foram examinados fenômenos variáveis no âmbito lexical e dos níveis gramaticais — fonológico, morfológico (e suas interfaces) e sintático. A partir de agora falaremos de **variação discursiva**, que conforme Coelho *et al.* (2015), associa-se a esse tipo de variação os fenômenos variáveis na dimensão textual/discursiva – tais como encadeadores coesivos (conectores e marcadores discursivos) –, e também a condicionadores de natureza textual/discursiva.

A variação vista por critérios externos à língua:

Neste tópico, vamos observar o fenômeno da variação linguística a partir de níveis extralinguísticos, assim fazendo, apresentaremos quatro categorizações. O primeiro deles é **variação regional**, também conhecida como *geográfica* ou ainda

diatópica. Esse tipo de variação é o responsável por caracterizar a fala de uma região em relação a outra: entre dois países, duas regiões de um mesmo país, dois estados de uma mesma região, duas cidades de um mesmo estado, bairros de uma mesma cidade, e entre zonas urbanas e zonas rurais ou do interior. Atentando para aspectos, tais como, a recorrência a determinados itens lexicais, certos padrões entoacionais e alguns traços fonológicos, podemos, às vezes, identificar com bastante precisão a origem de uma pessoa pelo modo que ela fala. Um exemplo perceptível de variação *diatópica* pode ser observado na pronúncia das vogais pretônicas /e/ e /o/, como ‘moreno’ e ‘peteca’, em algumas regiões do Brasil são pronunciados de formas diferentes, na região Nordeste temos uma pronúncia mais aberta e nas regiões Sudeste e Sul pronúncias mais fechadas.

Através de marcas da **variação social** ou *diastrática*, podemos refletir características sociais dos seus falantes, uma série de variáveis sociais podem condicionar a variação linguística, como o *grau de escolaridade*, através da qual se supões que pelos falantes terem um contanto maior com a norma culta e serem escolarizados, supõe-se que, dificilmente produzam formas como “nós vai” ou “a gente vamos”; a variável *nível socioeconômico* é um condicionador muito estudado nos trabalhos de Willian Labov, um dos pioneiros da sociolinguística, e seu grupo de pesquisa, em que entendem que “o grupo social menos privilegiado favorece o uso de variantes não padrão da língua, enquanto os mais privilegiados optam pela variantes padrão” (COELHO *et al.*, 2015, p.41). A variável *faixa etária*, está relacionada à tendência que os falantes mais velhos demonstram usar formas linguísticas mais antigas, à medida que os falantes mais jovens preferem usar as formas mais novas. Entretanto, estudos apontam que essa variável não pode ser considerada sem que se leve em conta relação entre o individual e a comunidade, e entre também os demais condicionadores sociais.

O terceiro tipo de variação exógena à língua é a **variação estilística** ou *diafásica*. Ela está relacionada com os papéis sociais que os falantes desempenham nas situações comunicativas, pois usamos diferentes formas linguísticas para falarmos, por exemplo, a forma que falamos com alguém da nossa família é bem diferente da que falamos com o chefe de trabalho.

Esses são fatores relacionados à variação estilística, que decorre, em suma, da *adequação* que os interlocutores fazem de sua fala ao contexto

geral em que ocorre a comunicação. Certamente, em situações formais, usamos uma linguagem mais monitorada, ou seja, prestamos mais atenção à forma como falamos, enquanto que, em situações mais informais, usamos uma fala mais coloquial. Essas duas linguagens são chamadas, respectivamente, *de registro formal e registro informal*. (COELHO *et al.*, 2015, p. 46, grifos dos autores).

Assim como escolhemos roupas conforme a situação em que vamos, a escolha do registro linguístico a ser usado precisa considerar a situação comunicativa do falante. Embora essa decisão nem sempre aconteça de maneira consciente, o falante tende a usar um registro mais ou menos formal de acordo com o contexto sociocomunicativos em que interaja.

Finalmente, temos a **variação entre a fala e a escrita** ou *diamésica*, pois de modo geral, a fala é uma atividade espontânea e improvisada, exceto em casos planejados, como em palestras e seminários, e por esse motivo é mais suscetível à variação. Já escrita é tida como uma atividade artificial (não espontânea), em que articulamos e planejamos o texto com uma finalidade, e por esse motivo acaba sendo menos variável e mais monitorada. Esses fatores nos levam a comparar dados orais e escritos para detectar a presença de formas linguísticas específicas, corroborando a percepção geral de que formas linguísticas menos cultas são encontradas com maior frequência nos dados orais, diferentemente dos dados escritos, em que as formas linguísticas mais cultas são mais prevalentes.

Distinção entre norma padrão x normas cultas x normas não padrão

Na língua portuguesa existem diversas variações linguísticas, fruto da existência de diferentes grupos sociais, com diferentes graus de escolarização, que apresentam diferentes hábitos linguísticos. Isso resulta numa pluralidade de normas, são elas: norma culta, norma-padrão e norma não padrão, que iremos discutir os conceitos de cada uma no decorrer desse tópico.

Diante de todas essas normas, começaremos falando da norma culta, tida como mais conceituada, de maior prestígio social, vista como uma linguagem culta e erudita, “[...] A outra definição que se dá ao rótulo *norma culta* se refere à linguagem concretamente empregada pelos cidadãos que pertencem aos seguimentos mais favorecidos da nossa população” (BAGNO, 2003, p.51, grifo do autor), a elite, grupo restrito que pertencem à camada mais favorecida e escolarizada da sociedade.

De acordo com Bagno (2003), a norma culta, na verdade, mais se trata de um preconceito do que mesmo de um conceito propriamente dito, pois, a ideia de existência de apenas uma única maneira “certa” de se falar uma língua, sendo aquela que aparece estampada nos livros denominados *gramáticas*, nos quais aparecem o conjunto de regras e preceitos definidos pelos gramáticos que tendem a preservar um modelo de língua, um padrão, para os falantes que desejam usar a língua de forma “correta”, “elegante”, “civilizada”, com isso, torna toda e qualquer variação que se distancie desse padrão a ser seguido, como algo “errado”, “feio”, “desvio”.

O que se aprende na escola desde pequenos, é que no Brasil só se fala português, nessa tradição de ensino de língua portuguesa existe um mito que há muito tempo causa um sério estrago na educação, o mito da unidade linguística, que seria a ideia de uma única língua. Mesmo o português sendo a língua mais falada, mais usada e mais escrita não se pode deixar de considerar todas as variedades que estão presentes nela.

Primeiro, no Brasil *não se fala uma só língua*. Existem mais de duzentas línguas ainda faladas em diversos pontos do país pelos sobreviventes das antigas nações indígenas. Além disso, muitas comunidades de imigrantes estrangeiros mantêm viva a língua de seus ancestrais: coreanos, japoneses, alemães, italianos, etc. (BAGNO, 2006, p.17, grifo do autor).

Segundo Bagno (2006), o que existe é um pequeno número de variedades do português, faladas por um determinado grupo social, em uma determinada região, em uma certa época, que, por algum motivo ou razão se tornou a base para a criação da norma-padrão, que acaba sendo frutos de uma convenção social. A norma-padrão é aquele *modelo ideal* de língua que deve ser usado pelas autoridades, pelos órgãos oficiais, pelas pessoas cultas, pelos escritores e jornalistas, aquele que deve ser ensinado e aprendido na escola. (BAGNO, 2006, p. 22, grifo do autor).

Quando ela é estabelecida, ganha tanta importância e prestígio social que as demais variedades passam a ser consideradas “erradas”, “desvios”, “inadequadas”, “impróprias”, “feias”. Tornando assim a norma-padrão como se fosse o único modelo legítimo dos falantes desta língua.

Existe, portanto, um português-padrão, o modelo e norma oficial a ser seguido, e ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas, estabelecida nos

dicionários, e que sempre será usada nos meios de comunicação, na literatura, nas leis e decretos do governo.

De acordo com Bagno (2006), no Brasil, portanto, não se fala “uma só língua portuguesa”. O que temos é um número de variedades de português faladas, das quais algumas chegaram a esse posto de prestígio por razões que não estão ligadas a ordem linguísticas, mas sim motivos sociais, históricos, econômicos e culturais, como é o caso da norma-padrão, já outras se distanciam desse modelo como é o caso da norma não padrão, e por esse motivo tendem a ser estigmatizadas.

Sobre tais inquietações, Bagno (2006, p.28) explicita:

O português não-padrão é a língua da grande maioria pobre e dos analfabetos do nosso povo [...]. É também, conseqüentemente, a língua das crianças pobres e carentes que frequentam as escolas públicas. Por ser utilizado por pessoas de classes sociais desprestigiadas, marginalizadas, oprimidas pela terrível injustiça social que impera no Brasil — país que tem a pior distribuição da riqueza nacional em todo o mundo —, o PNP é vítima dos mesmos preconceitos que pesam sobre essas pessoas. Ele é considerado “feio”, “deficiente”, “pobre”, “errado”, “rude”, “tosco”, “estropiado”.

Por ser falado por pessoas com menos influência na sociedade, de classe social mais baixa e de pouca escolaridade, não goza de prestígio. Por isso grande parte da população com mais anos de estudo, considera as normas não padrão menos cultas e até mesmo incorretas. Isto tudo é puro preconceito linguístico, pois é essencial o entendimento e a aceitação de que todas as variedades linguísticas são fatores de enriquecimento e cultura, não devendo ser encaradas como erros ou desvios.

Materiais e métodos

Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa, de base interpretativista, do tipo documental. Em nossos estudos ocorrerão uma análise de modo que procuraremos entender, interpretar e verificar o lugar pensado para o tratamento da Variação Linguística no Ensino Fundamental, na Base Nacional Comum Curricular, especificamente nos componentes de língua portuguesa. Ainda, será feita revisão de

literatura com estudiosos de referência na área de ensino de língua, tendo como fundamentação em aportes da Sociolinguística Variacionista.

O tratamento da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular

Dos muitos trechos da Base Nacional Comum Curricular que fazem referência ao fenômeno da variação, optamos por abordar uma competência geral da educação básica, três competências gerais do componente língua portuguesa e oito habilidades desse mesmo componente. Essa escolha se justifica pela importância que as competências e habilidades representam na Base, pois, sabemos que, apesar de todo discurso da BNCC ser relevante, são as competências e habilidades que organizam o currículo e que devem, efetivamente, chegar ao “chão da escola”.

Dessa forma, tendo definido que analisaríamos as competências gerais da educação básica e as competências gerais do componente língua portuguesa e todas as habilidades desse componente, propostas para serem trabalhadas no Ensino Fundamental II, rastreamos aquelas competências e habilidades que faziam referência, explícita ou indireta, à variação.

Dentre as competências gerais da educação, não encontramos menções explícitas à variação. Entretanto, a leitura atenta da competência nove, nos sugere que o desenvolvimento de tal competência pode ser favorecido pelo conhecimento do fenômeno da variação linguística:

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza. (BRASIL, 2017 -ênfases adicionadas).

Entendemos que, para os estudantes realizarem as ações previstas nessa competência: exercitar a empatia, estabelecer diálogo com respeito às identidades, buscar a resolução de conflitos e a cooperação, relacionar-se com os demais sem preconceitos de qualquer natureza o conhecimento sobre variação linguística consiste em um importante recurso. Isso porque tal conhecimento favorece o entendimento de que os diferentes modos de falar em nosso país, tanto em critérios

regionais (variação diatópica) quanto em aspectos sociais (variação diastrática) representam também diferentes identidades dos usuários da língua.

Já entre as competências específicas de Língua Portuguesa, encontramos três que citam expressamente a variação linguística:

1. Compreender a língua como fenômeno cultural, histórico, social, *variável*, heterogêneo e sensível aos contextos de uso, reconhecendo-a como meio de construção de identidades de seus usuários e da comunidade a que pertencem.
4. Compreender o fenômeno da *variação linguística*, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.
5. Empregar, nas interações sociais, a *variedade e o estilo de linguagem* adequados à situação comunicativa, ao(s) interlocutor(es) e ao gênero do discurso/gênero textual. (BRASIL, 2017 - ênfases adicionadas).

Na competência 1, está em jogo a própria concepção de língua, vista em seu dinamismo, tal como sugere a Sociolinguística: um fenômeno que está em contínua formação e que, simultaneamente é formada pelo usuários ao mesmo tempo em que contribui para a formação das identidades de seus usuários. Por sua vez, a competência 4 é taxativa quanto à compreensão da variação e ao combate ao preconceito linguístico pelo aluno; enquanto a competência 5 versa sobre variação estilística, como já dissemos, aquele tipo em que o falante adequa sua fala/escrita à situação de comunicação, mesmo que nem sempre tenha consciência dessa atitude.

A identificação inicial dessas quatro competências cujos desenvolvimentos carecem do conhecimento sobre a variação linguística nos fez acreditar que encontraríamos uma quantidade significativa de habilidades sobre esse tema/conteúdo. Todavia, analisando as, aproximadamente, 184 habilidades de todos os eixos de ensino de língua portuguesa no ensino fundamental II³ encontramos apenas de 8 habilidades nas quais a variação linguística figura de duas diferentes formas.

No primeiro grupo, localizamos quatro habilidades que tratam a variação como um fenômeno a ser considerado no sentido do estudante usar a língua de forma proficiente ao ler, produzir textos ou expressar-se oralmente. São elas:

³ Esclarecemos que o essa consulta foi feita através do mecanismo de consulta da BNCC em planilhas disponível na página <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>



Quadro 2: Habilidades de língua portuguesa em que a variação linguística é tratada como fenômeno

ANO/FAIXA	PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
6º; 7º; 8º; 9º	Produção de textos	Textualização	(EF69LP07) Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto produção e circulação – os enunciadores envolvidos, os objetivos, o gênero, o suporte, a circulação -, ao modo (escrito ou oral; imagem estática ou em movimento etc.), à <i>variedade lingüística</i> e/ou semiótica apropriada a esse contexto, à construção da textualidade relacionada às propriedades textuais e do gênero), utilizando estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita e avaliação de textos, para, com a ajuda do professor e a colaboração dos colegas, corrigir e aprimorar as produções realizadas, fazendo cortes, acréscimos, reformulações, correções de concordância, ortografia, pontuação em textos e editando imagens, arquivos sonoros, fazendo cortes, acréscimos, ajustes, acrescentando/ alterando efeitos, ordenamentos etc..
6º; 7º; 8º; 9º	Oralidade	*Considerar todas as habilidades dos eixos leitura e produção que se referem a textos ou produções orais, em áudio ou vídeo Planejamento e produção de textos jornalísticos orais	(EF69LP12) Desenvolver estratégias de planejamento, elaboração, revisão, edição, reescrita (esses três últimos quando não for situação ao vivo) e avaliação de textos orais, áudio e/ou vídeo, considerando sua adequação aos contextos em que foram produzidos, à forma composicional e estilo de gêneros, a clareza, progressão temática e <i>variedade lingüística</i> empregada, os elementos relacionados à fala, tais como modulação de voz, entonação, ritmo, altura e intensidade, respiração etc., os elementos cinésicos, tais como postura corporal, movimentos e gestualidade significativa, expressão facial, contato de olho com plateia etc.
6º; 7º; 8º; 9º	Leitura	Reconstrução da textualidade e compreensão dos efeitos de sentidos provocados pelos usos de recursos linguísticos e multissemióticos	(EF69LP47) Analisar, em textos narrativos ficcionais, as diferentes formas de composição próprias de cada gênero, os recursos coesivos que constroem a passagem do tempo e articulam suas partes, a escolha lexical típica de cada gênero para a caracterização dos cenários e dos personagens e os efeitos de sentido decorrentes dos tempos verbais, dos tipos de discurso, dos verbos de enunciação e das variedades linguísticas (no discurso direto, se houver) empregados, identificando o enredo e o foco narrativo e percebendo como se estrutura a narrativa nos diferentes gêneros e os efeitos de sentido decorrentes do foco narrativo típico de cada gênero, da



			caracterização dos espaços físico e psicológico e dos tempos cronológico e psicológico, das diferentes vozes no texto (do narrador, de personagens em discurso direto e indireto), do uso de pontuação expressiva, palavras e expressões conotativas e processos figurativos e do uso de recursos linguístico-gramaticais próprios a cada gênero narrativo.
6º; 7º; 8º; 9º	Oralidade	Produção de textos orais	(EF69LP52) Representar cenas ou textos dramáticos, considerando, na caracterização dos personagens, os aspectos linguísticos e paralinguísticos das falas (timbre e tom de voz, pausas e hesitações, entonação e expressividade, <i>variedades e registros linguísticos</i>), os gestos e os deslocamentos no espaço cênico, o figurino e a maquiagem e elaborando as rubricas indicadas pelo autor por meio do cenário, da trilha sonora e da exploração dos modos de interpretação.

FONTE: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (ADAPTADO)

Vemos que nessas quatro habilidades, destinadas todas as turmas do ensino fundamental II, requerem conhecimentos sobre o fenômeno da variação linguística para favorecer o uso da língua. A habilidade do eixo da leitura (EF69LP47) é, a nosso ver, a que apresenta a redação mais desafiante no sentido de identificarmos o(s) tipo(s) de variação a que se refere tendo em vista que o comando “Analisar, em textos narrativos ficcionais, as diferentes formas de composição próprias de cada gênero (...) os efeitos de sentido decorrentes dos tempos verbais, dos tipos de discurso, dos verbos de enunciação e das variedades linguísticas (no discurso direto, se houver)” pode se referir a quaisquer tipos. Pensamos que, nesse caso, a variação ocupa lugar coadjuvante na caracterização dos personagens e na construção dos gêneros textuais. Já na habilidade do eixo de produção de textos (EF69LP07) o que parece estar em questão é a variação estilística, tendo em vista que os estudantes devem “Produzir textos em diferentes gêneros, considerando sua adequação ao contexto produção e circulação”.

Por sua vez, as habilidades do eixo da oralidade (EF69LP12) e (EF69LP52) versam tanto sobre variação diamesica, ao solicitar que os estudantes considerem as especificidades da modalidade oral da língua, quanto abordam a variação estilística quando falam, respectivamente, sobre a “adequação aos contextos” ou

sobre considerar “na caracterização dos personagens, os aspectos linguísticos e paralinguísticos das falas”.

Mas, é no eixo de Análise Linguística/Semiótica, em que a variação é trabalhada como um conteúdo, conforme vemos:

Quadro 3: Habilidades de língua portuguesa em que a variação linguística é tratada como conteúdo

ANO/FAIXA	PRÁTICAS DE LINGUAGEM	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES
6º; 7º; 8º; 9º	Análise linguística/semiótica	Variação linguística	(EF69LP55) Reconhecer as variedades da língua falada, o conceito de norma-padrão e o de preconceito linguístico.
6º; 7º; 8º; 9º	Análise linguística/semiótica	Variação linguística	(EF69LP56) Fazer uso consciente e reflexivo de regras e normas da norma-padrão em situações de fala e escrita nas quais ela deve ser usada.
9º	Análise linguística/semiótica	Coesão	(EF09LP10) Comparar as regras de colocação pronominal na norma-padrão com o seu uso no português brasileiro coloquial.
9º	Análise linguística/semiótica	Variação linguística	(EF09LP12) Identificar estrangeirismos, caracterizando-os segundo a conservação, ou não, de sua forma gráfica de origem, avaliando a pertinência, ou não, de seu uso.

FONTE: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> (ADAPTADO)

As habilidades que são destinadas a todas as turmas do ensino fundamental (EF69LP55) e (EF69LP56) carecem do entendimento do problemático conceito de norma-padrão e de preconceito linguístico. Pensamos que apesar de ser, de fato, necessário tratar desses assuntos na escola, as redações dessas habilidades podem gerar imprecisões para o professor pois, como vimos, o comando “reconhecer as variedades linguísticas” dá margem a um grande número de possibilidades tendo em vista a multiplicidade de fenômenos variáveis no português brasileiro; da mesma forma, o comando “reconhecer a norma-padrão” também nos

parece impreciso porque não ficou claro o que documento chama de “norma-padrão”. Como já vimos, esse termo pode ser usado tanto em referência à variedade linguística descrita nas gramáticas tradicionais quanto em relação aos falares de pessoas com alto grau de instrução (ensino superior) habitantes de centros urbanos.

Essa indefinição quanto ao conceito de norma-padrão persiste na habilidade (EF09LP10), mas agora, a redação da habilidade, ao solicitar que o estudante compare “as regras de colocação pronominal na norma-padrão com o seu uso no português brasileiro coloquial”, parece fortalecer a hipótese de que o que documento chama de “norma-padrão” é o que as gramáticas tradicionais preconizam, haja vista que essa é contraposição ao “uso no português brasileiro coloquial”. Acreditamos que, mais uma vez, o documento faz referência à variação estilística, pois o termo “coloquial” está associado ao registro da fala.

Finalmente, a outra habilidade do nono ano que, de acordo com o documento, trata sobre variação linguística, o conteúdo abordado é a inserção de termos provenientes de outras línguas em nosso vocabulário. Tal processo é denominado pela gramática tradicional como “estrangeirismos” e por alguns pesquisadores da linguística como “empréstimos linguísticos”. Inicialmente, chama nossa atenção o fato de que esse conteúdo é tratado como de variação linguística e não na morfologia, como um processo de formação de palavras, como, normalmente, o vemos em nossa formação inicial na graduação em Letras.

Considerações

Vimos que o conhecimento sobre variações linguísticas consiste em um importante recurso para o desenvolvimento de, pelo menos uma das competências gerais da educação básica, a nove; da mesma forma favorece o desenvolvimento das competências 1, 4 e 5 do componente Língua Portuguesa.

Já entre as habilidades de língua materna, apenas oito, dentre as 184 totais fazem menção à variação de duas diferentes formas: as habilidades dos eixos de leitura, oralidade e produção de textos tratam a variação como um importante recurso para o uso qualificado de língua enquanto no eixo da Análise Linguística/Semiótica, a variação linguística é tratada como um conteúdo a ser abordado em todas os anos/séries do ensino fundamental II.

Entretanto, além do número resumido de habilidades que tratam a variação como conteúdo, percebemos certa imprecisão quanto ao conceito de norma-padrão e a persistência do tratamento da variação estilística a despeito dos demais tipos de variação que necessitam ser discutidos na escola com vistas à educação integral do estudante.

Tais resultados apontam duplamente para a necessidade de construção de propostas curriculares estaduais, municipais e mesmo escolares contemplando as especificidades das escolas e para que os cursos de formação de professores abordem o fenômeno da variação linguística em sua plenitude, sem limitá-lo a um outro tipo.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico: o que é, como se faz*. 31. ed. São Paulo: Loyola, 2004

BAGNO, Marcos. *Nada na Língua é por Acaso: ciência e senso comum na educação em língua materna*. Presença Pedagógica, vol. 12, p. 22-29, 2006.

BAGNO, Marcos. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. 15. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

BAGNO, Marcos. *Nada na Língua é por Acaso: por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola editorial, 2007.

BORTONI-RICARDO, S. M. *Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula*. São Paulo: Parábola, 2004.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC), 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf>. Acesso em: 01 abr. de 2022.

COELHO, I.L. *et al. Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-61.

FARACO, C. A. Norma-padrão brasileira: desembaraçando alguns nós. In: BAGNO, M. (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Loyola, 2004. p. 37-61.

LUCCHESI, Dante. A norma linguística e realidade social. In: BAGNO, Marcos. *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola, 2004. p. 57-83.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). Pesquisa social: teoria método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

PATRIOTA, L. M.; PEREIRA, P. R. F. O lugar da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). *Revista Letras Raras*, v. 7, n. 2, p. 289-307, 2018. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/download/1066/722>. Acesso em: 07 abr. 2022.

SANTOS, A.S; MELO, R.M.O ensino da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular. *Entrepalavras*. Fortaleza, vol.9, n.3. pp 115-132. 2019. Disponível em: <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/50463>. Acesso em 23 mar. 2022.

NOTA: Os autores foram responsáveis pela concepção do artigo, pela análise e interpretação dos dados, pela redação e revisão crítica do conteúdo do manuscrito e, ainda, pela aprovação da versão final publicada.

RECEBIDO: 10/05/2022
APROVADO: 27/06/2022

RECEIVED: 10/05/2022
APPROVED: 27/06/2022

RECIBIDO: 10/05/2022
APROBADO: 27/06/2022

The treatment of linguistic variation in the National Curricular Common Base

ABSTRACT

The teaching of the mother tongue was for a long time focused on the transmission of Normative Grammar, with that, it ended up disregarding the linguistic varieties that are part of the social reality. However, since the publication of the National Curricular Parameters (BRASIL, 1997), official guidelines recommend the recognition and respect for non-standard varieties existing in the country, a principle that is confirmed in the text of the National Common Curricular Base (BRASIL, 2017). In this work, we will carry out a documental analysis of the BNCC, with the main objective of analyzing the treatment given to the phenomenon of linguistic variation in all teaching axes of the Portuguese language component in elementary school II (6th to 9th grade). Therefore, we rely on contributions from Variationist Sociolinguistics, through authors such as Bagno (2004, 2006 and 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Coelho *et al* (2020), Faraco (2004, 2008) and Lucchesi (2004). Our results point to the fact that there are references to variation both between the competences of the Portuguese Language component and in skills of all axes, however, it is only in the Linguistic/Semiotic Analysis that linguistic variation appears as a content to be approached in a different way little in-depth.

KEYWORDS: Linguistic variation; Common National Curriculum Base; Linguistic/Semiotic Analysis

El tratamiento de la variación lingüística em la Base Común Curricular Nacional

RESUMEN

La enseñanza de la lengua materna estuvo durante mucho tiempo enfocada em la transmisión de la Gramática Normativa, com ello, terminó por despreocuparse de las variedades lingüísticas que forman parte de la realidad social. Sin embargo, desde la publicación de los Parámetros Curriculares Nacionales (BRASIL, 1997), las directrices oficiales recomiendan el reconocimiento y respeto de las variedades no estándar existentes em el país, principio que se confirma em el texto de la Base Curricular Nacional Común (BRASIL, 2017). En este trabajo, realizaremos um análisis documental de la BNCC, con el objetivo principal de analizar el tratamiento dado al fenómeno de la variación lingüística em todos los ejes de enseñanza del componente de lengua portuguesa em la escuela primaria II (6º a 9º grado). Para ello, nos apoyamos em aportes de la Sociolingüística Variacionista, a través de autores como Bagno (2004, 2006 y 2007), Bortoni-Ricardo (2004), Coelho *et al* (2020), Faraco (2004, 2008) y Lucchesi (2004). Nuestros resultados apuntan que existen referencias a la variación tanto em las competencias del componente Lengua Portuguesa como em las habilidades de todos los ejes, sin embargo, es solo em el Análisis Lingüístico/Semiótico que la variación lingüística aparece como um contenido a ser abordado em una manera diferente poco en profundidad.

PALABRAS CLAVE: Variación lingüística; Base Curricular Nacional Común; Análisis lingüístico/semiótico.